

A PRÁTICA COLABORATIVA ENTRE O PROFESSOR E O ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO NA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES AUTISTAS NO ENSINO REGULAR

Rejane Silvino Campêlo Silva ¹

RESUMO

Este artigo visa fomentar discussões e reflexões em torno das práticas colaborativas como um meio de potencializar a inclusão e a aprendizagem de estudantes autistas em sala de aula regular nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Este estudo parte das intervenções realizadas pelos professores titulares nas turmas em que atuam em parceria e articulação com o acompanhante terapêutico. Consiste num recorte da investigação em andamento de doutoramento em Ciências da Educação da pesquisadora. Seu embasamento teórico foi construído a partir das contribuições de autores consagrados nas temáticas por ele explorado, a exemplo de Eugen Bleuler (1911) citado por Gonçalves (2013, p.58), (CAPELLINI, 2008, p. 8), Schön (1992); Nunes (2008). A metodologia adotada compreende uma pesquisa qualitativa com delineamento dum estudo bibliográfico cujos resultados apontam que as práticas colaborativas entre o professor titular da turma regular e o atendente terapêutico impactam, positivamente, o processo de inclusão de estudantes com TEA, contribuindo, significativamente, para melhoria de sua aprendizagem, interação e comunicação no contexto escolar e para além dele.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Autismo. Práticas colaborativas. Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

Embora a inclusão de estudantes autistas nas escolas de ensino regular já seja garantida por lei, reconhece-se que as intervenções de natureza didático-pedagógicas promovidas no contexto escolar podem ser melhor potencializadas, gerando resultados significativos no processo de ensino e aprendizagem destes educandos com reflexos na sua qualidade de suas vidas para além da escola.

Partindo desta concepção, a investigadora, que atua na área da educação e, atualmente, exerce a função de Coordenadora Pedagógica numa Unidade de Ensino da Rede Municipal de Paudalho/PE, realizou este estudo com vistas a contribuir com as reflexões sobre as estratégias das quais os fomentadores da efetivação da política de inclusão de estudantes com TEA na escola regular, podem lançar mão para efetivá-la.

¹ Doutoranda do Curso de Doutorado em Ciências da Educação, Universidad Del Sol, Assunção, Paraguai, silvino.rejane@gmail.com

Desse modo, admite-se serem as prática colaborativas teórico e metodologicamente fundamentas, realizadas no âmbito da escola regular, pela conjugação de esforços planejados entre professor titular das turmas regulares e atendentes terapêuticos, um caminho possível para consolidação do aparato legal que legitima a inclusão destes estudantes, promovendo um considerável progresso no processo de desenvolvimento de competências e habilidades que impliquem na minimização das dificuldades que esta condição possa lhes acarretar.

A escolha por este viés investigativo justifica-se a partir da hipótese de que as práticas colaborativas compreendem uma alternativa viável para tornar o trabalho pedagógico de inclusão de estudantes com TEA mais efetivo, na medida em que consistem, também, na convergência de competências e contribuições de diferentes profissionais, a saber, o professor titular e o acompanhante terapêutico, ambos com um interesse em comum: cooperar para que os educandos acometidos por este espectro tenham seu desenvolvimento escolar potencializado e isso lhes traga benefícios na sua qualidade de vida em geral.

Outro motivo que inspirou a pesquisadora a debruçar-se sobre a temática discutida neste estudo consiste na elucidação de seus questionamentos em torno de quais vivências realizadas no contexto escolar entre o professor e acompanhante terapêutico podem ser reconhecidas como práticas colaborativas e quais ações/atividades e recursos são adotados para torná-las possíveis.

Por isso, um dos propósitos deste estudo encontra-se na necessidade de identificação de formas plausíveis e pedagogicamente possíveis de condução das condutas inclusivas de estudantes com TEA em turmas regulares de ensino pela adoção das práticas colaborativas, bem como da construção de uma descrição pormenorizada das evidências que as concretizam.

Desse modo, a área de interesse deste estudo foca-se na reflexão e explicação de como se dá o trabalho didático-pedagógico e metodológico que se inscreve na admissão de práticas colaborativas como ferramenta capaz de impulsionar o aproveitamento dos estudantes com TEA na escola. Para isso, nele, visa-se construir uma abordagem que se pautar no reconhecimento dos avanços experimentados pelos educandos alcançados por esta possibilidade didática em diversos aspectos, tais quais: cognitivos, linguísticos, comunicativos e socio-interativos.

Como questão de pesquisa, estabelece-se, nesta investigação, a seguinte pergunta: como a prática colaborativa pode contribuir com a promoção da inclusão de estudantes autistas na sala de aula regular de ensino e impactar o processo de ensino e aprendizagem deste público com melhoria na sua qualidade de vida na escola e para além dela?

Para chegar-se à resposta a este questionamento, procurou-se analisar e descrever as nuances de como se processa o constante diálogo estabelecido entre o professor titular e o acompanhamento terapêutico na implementação de práticas colaborativas no contexto escolar, desde o planejamento das atividades até a sua implementação e em que medida elas surtem efeitos nos estudantes-alvos desta proposta didática que são aquele com TEA.

. Para a construção do arcabouço teórico e metodológico desta investigação, houve o recurso às contribuições de diversos autores, cujos estudos julgam-se imprescindíveis nas áreas em que se inserem, tais quais: a) autismo – Bleuler (1911), que insere no campo científico, a partir de seu trabalho e pesquisas na área da Psiquiatria, o conceito deste espectro “como uma tendência para colocar a própria fantasia acima da realidade e a fechar-se nesta; a vida interior adquire uma preponderância patológica” (BLEULER, 1911, p.103); b) práticas colaborativas – Capellini (2008), que fomentou discussões explorando as práticas colaborativas ente o professor titular e o acompanhante terapêutico como uma alternativa potencializadora de aprendizagens dos estudantes com TEA na escola, uma vez que, para este autor, a viabilidade desta orientação possibilita-se porque, ao adotá-las “[...] os sujeitos compartilham a responsabilidade de planejar e de implementar o ensino e a disciplina da sala de aula” (CAPELLINI, 2008, p. 8); c) docência e aprendizagem - Schön (2000), que discute sobre novas possibilidades de construção de conhecimentos na escola e subordina a sua efetivação a um permanente exercício reflexivo em torno de sua prática por aqueles que a integram.

Dessa forma, compreende-se como relevante esta pesquisa, já que ela se inscreve no campo do ensino e apresenta reflexões sobre as estratégias que podem ser adotadas no contexto escolar para impactar, positivamente, o processo de inclusão de estudantes autistas, como são as práticas colaborativas, e descreve como se dá este processo e que resultados produzem.

Convém relatar que, uma vez que este estudo se institui como um recorte da pesquisa de doutoramento em construção da investigadora, cujo início deu-se no ano letivo de 2024, os resultados nele apontados podem, ainda, ser ampliados e/ou aperfeiçoados a depender do aprofundamento e encaminhamento que a investigação principal tomar.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso. A justificativa por esta escolha encontra-se no fato de esta modalidade viabilizar o recurso à produção acadêmico-científica sobre o objeto investigado, através do levantamento do estado da arte em relação ao tema que se pretende pesquisar.

De acordo com Severino (2007), o estudo de caso constitui um procedimento metodológico que leva em conta a pesquisa de determinado caso particular com vistas a servir de representação de um conjunto de situações análogas. Neste tipo de estudo, geralmente, procedem-se as etapas próprias de uma pesquisa de campo, ou seja, realiza-se a coleta de dados, em seguida processa-se a análise e discussão das informações reunidas.

O autor postula, ainda, que a validade e legitimidade científica do caso estudado depende de quão representativo ele seja, a ponto de representar um conjunto de outras ocorrências do mesmo fenômeno, cujas inferências são possíveis, graças à sua significância, uma vez que, também, apresente-se capaz de viabilizar a sua generalização. Por isso, durante a realização da pesquisa de campo, a coleta e registro dos dados prescindem de um cuidadoso e criterioso rigor científico-metodológico. Esse procedimento culmina com a elaboração de relatórios que, de tão bem elaborados, viabilizam a fomentação da discussão de seus resultados de maneira muito mais sistematizada e otimizada.

De acordo com Godoy (1995), a pesquisa bibliográfica orienta o pesquisador em sua empreitada acadêmica, na medida em que o guia para que ele adote os procedimentos de buscas mais adequados, quando da revisão da literatura, que serve de base à construção do arcabouço teórico-metodológico do seu trabalho.

Para Lakatos (2010), a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador a apropriação do maior número de obras possível, que componha o aparato teórico já produzido na área pesquisada, disponíveis tanto em meio físico, como livros e documentos oficiais e/ou legais, quanto em plataformas virtuais, a exemplo de artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado e *e-books*.

Por ser o foco deste estudo a investigação em torno de como as práticas colaborativas podem potencializar o processo de inclusão e aprendizagem de estudantes com TEA nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, julga-se a pesquisa bibliográfica viável para o cumprimento dos objetivos nela estabelecidos. Por isso, o recurso aos

resultados de estudos acadêmicos nessa área, constantes dos repositórios das universidades, impõe-se como uma ferramenta indispensável.

Yin (2001) concebe a pesquisa qualitativo-bibliográfica como uma modalidade mais aberta dentre os métodos existentes, por permitir que as informações coletadas durante a sua implementação sejam conferidas, confrontadas e interpretadas, a fim de gerar resultados convergentes ou divergentes das hipóteses previamente levantadas, bem como responder satisfatória ou insatisfatoriamente à questão de pesquisa definida para nortear a investigação

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica. A justificativa por esta escolha encontra-se no fato de esta modalidade viabilizar o recurso à produção acadêmico-científica sobre o objeto investigado, através do levantamento do estado da arte em relação ao tema que se pretende pesquisar.

De acordo com Campoy (2019), a pesquisa bibliográfica orienta o pesquisador em sua empreitada acadêmica, na medida em que o guia para que ele adote os procedimentos de buscas mais adequados, quando da revisão da literatura, que serve de base à construção do arcabouço teórico-metodológico do seu trabalho.

O autor postula, ainda, que a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador a apropriação do maior número de obras possível, que componha o aparato teórico já produzido na área pesquisada, disponíveis tanto em meio físico, como livros e documentos oficiais e/ou legais, quanto em plataformas virtuais, a exemplo de artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado e *e-books*.

Por ser o foco deste estudo a investigação em torno das estratégias didático-pedagógicas mediadas pelas práticas colaborativas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, julga-se a pesquisa bibliográfica viável para o cumprimento dos objetivos nela estabelecidos. Por isso, o recurso aos resultados de estudos acadêmicos nessa área, constantes dos repositórios das universidades, impõe-se como uma ferramenta indispensável.

Ludke e André (2013) concebem a pesquisa bibliográfica como uma modalidade mais aberta dentre os métodos existentes, por permitir que as informações coletadas durante a sua implementação sejam conferidas, confrontadas e interpretadas, a fim de gerar resultados convergentes ou divergentes das hipóteses previamente levantadas, bem como responder satisfatória ou insatisfatoriamente à questão de pesquisa definida para nortear a investigação.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Inclusão Escolar

A efetivação da inclusão escolar de estudantes com TEA prescinde de adequações infraestruturais na Unidade de Ensino onde se realiza, bem como da disponibilidade de recursos humanos com formação específica nesta área. A garantia de profissionais qualificados na escola para atuarem no processo de ensino e aprendizagem deste público vai ao encontro da satisfação das suas necessidades, de modo a minimizar as dificuldades que esta condição possa lhes conferir.

Sobre este aspecto, Nunes (2008) postula que

[...] as crianças com autismo, regra geral, apresentam dificuldades em aprender a utilizar corretamente as palavras, mas se obtiverem um programa intenso de aulas, haverá mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e aprendizagem. É um trabalho árduo que precisa de muita dedicação e paciência da família e também dos professores. É vital que pessoas afetadas pelo autismo tenham acesso à informação confiável sobre os métodos educacionais que possam resolver suas necessidades individuais (NUNES, 2008, p. 4).

Conforme a perspectiva do autor, cabe à escola que se pretende inclusiva prover para os estudantes autistas que atende da disponibilidade de pessoal preparado para procederem o atendimento a estes educandos, de maneira que potencialize, efetivamente, a sua aprendizagem e isso viabilize uma significativa melhoria da sua qualidade de vida no âmbito escolar e para além dele. O resultado desta mudança vai refletir, tanto nos fatores cognitivos, pois tende a melhorar, sobretudo, a sua concentração, compreensão, memória e raciocínio lógico-matemático, quanto nos aspectos ligados à linguagem, já que impacta a sua fala, interação e comunicação.

É importante a compreensão de que a consolidação da política inclusiva na escola consiste num processo contínuo que considere as especificidades dos estudantes deficientes a serem incluídos nas salas de aula regulares. Este princípio da inclusão visa garantir que as unidades de ensino respeitem as diferenças e a diversidade que são inerentes às pessoas que recebem e, assim, cumpram, também, o seu papel cidadão e democrático. Esta concepção é compartilhada por Bruno (2006) para quem

[...] a educação inclusiva deve ter como ponto de partida o cotidiano: o coletivo, a escola e a classe comum, onde todos os alunos com necessidades educativas, especiais ou não, precisam

aprender, ter acesso ao conhecimento, à cultura e progredir no aspecto pessoal e social. (BRUNO, 2006, p.14).

Desse modo, a implementação da inclusão escolar, enquanto atendimento a uma importante demanda social, proporciona transformações na condução dos processos didático-pedagógicos e metodológicos, o que implica o envolvimento e o compromisso de todos os segmentos da escola, principalmente dos professores, bem como enseja eminentes progressos na proficiência dos estudantes com deficiência, uma vez que a atenção a eles dirigida tende a lhes garantir que eles sejam considerados nas suas especificidades e individualidades sem, no entanto, deixarem de ser considerados como parte do conjunto que forma a escola com a complexidade que lhe é intrínseca.

3.2 Autismo

Segundo Pinho (2018), há alguns anos, nos meios acadêmico-científicos, o TEA tem sido estudado e suscitado profícuas pesquisas a respeito dos seus sintomas e das dificuldades que esta condição pode acarretar àqueles que são acometidos por ela. Desse modo, estudiosos das neurociências e da área de ensino vêm fomentando complexos estudos, a fim de dirimir quaisquer dúvidas sobre o tema para melhor traçarem-se processos interventivos que satisfaçam, efetivamente, a política de inclusão de estudantes diagnosticados por este comprometimento no contexto educacional.

De acordo com Lima (2012), quem inseriu o termo autismo no campo dos estudos sobre os transtornos cognitivos foi o psiquiatra Leo Kanner, a partir das pesquisas realizadas pelo cientista suíço Eugene Bleuler no ano de 1911. A escolha de Bleuler pelo uso desta terminologia se deu devido à sua observação do comportamento isolado que adultos com esquizofrenia apresentavam. No ano de 1943, Kanner, ao estudar um grupo composto por onze crianças, constatou que alguns daqueles indivíduos demonstravam comportamentos diferentes dos demais, embora tivessem a mesma idade. O pesquisador identificou alguns sintomas nas crianças sob sua análise que lhe despertaram a atenção, dentre os quais: tendência ao isolamento excessivo e preferência pela solidão e ausência de comunicação de qualquer natureza, seja expressiva, seja receptiva; gosto por alinhar os objetos sempre da mesma forma; receio ou temor de envolver-se em situações com as quais as pessoas, normalmente, convivem; apresentavam-se, quase sempre, ansiosas e, por vezes, fascinadas por certos objetos.

A partir das conclusões das pesquisas de Kenner, na mesma época, o cientista austríaco Hans Asperger, verificou que as crianças participantes como sujeitos de seus estudos apresentavam similaridades quanto às alterações comportamentais identificadas naquelas do trabalho kenniano. Todavia, os indivíduos observados por Asperger demonstravam maior competência linguística e melhor capacidade cognitiva, o que lhe fez concluir que seu desempenho nessas áreas se sobressaía em comparação àquelas (LIMA, 2012).

Desse modo, em decorrência das pesquisas deste autor, cunhou-se na área das neurociências o termo Síndrome de Asperger, cujas características são: falta de interação intersubjetiva ou social; maneira particular de comunicar-se; emprego de um vocabulário apurado; originalidade no uso das palavras; ausência de gestos durante a fala; emprego de movimentos repetitivos; comunicação sem expressões faciais; nível de inteligência dentro da normalidade ou acima dela (LIMA, 2012).

Para além destas contribuições iniciais, o Manual Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5, 2014), quanto à classificação dos subtipos deste transtorno, apresenta as seguintes nomenclaturas: Transtorno Autista; Síndrome de Asperger e Transtorno do desenvolvimento sem outra especificação. Com fins à simplificação dos estudos e à facilitação do tratamento, a ciência optou por agrupar todas estas categorias em uma única designação, Transtorno do Espectro Autista (TEA), porém, levando em conta as especificidades de cada caso para, assim, detectar o grau de gravidade que os sujeitos acometidos por esta condição apresentam (PINHO, 2018).

3.3 Práticas Colaborativas

As práticas Colaborativas consistem numa estratégia didático-pedagógica e metodológica que contribui, sobremaneira, para melhorar, significativamente, o processo de ensino e aprendizagem. Sobre este aspecto, Capellini (2008) defende que

[...] nesse modelo, dois ou mais professores possuindo habilidades de trabalho distintas, juntam-se de forma coativa e coordenada, ou seja, em um trabalho sistematizado, com funções previamente definidas para ensinar grupos heterogêneos, tanto em questões acadêmicas quanto em questões comportamentais em cenários inclusivos. (CAPELLINI, 2008, p. 8).

Na concepção de Capellini (2008), as práticas colaborativas em sala de aula de ensino regular partem da organização das atividades educativas e da atribuição de papéis ao professor e a outros profissionais de outras áreas que, ao implementarem medidas interventivas conjuntamente, contribuem cada um dos quais com os conhecimentos específicos de suas áreas de formação agregando valores ao trabalho inclusivo que realizam.

3.4 Aprendizagem

Segundo Schön (1992), o processo de ensino e aprendizagem se consolida pela articulação das seguintes ações desempenhadas pelos profissionais nele envolvidos: empenho em pesquisar constantemente; proceder experimentações na sua prática docente. Esse trabalho resultante do perene exercício de ação-reflexão-ação acaba por propiciar que o conhecimento seja, efetivamente, construído nas situações didáticas implementadas em sala de aula, uma vez que elas decorrem de um planejamento previamente elaborado, do qual constem os objetos de conhecimento, as estratégias didático-pedagógicas e metodológicas a serem adotadas e os valores previstos a serem adquiridos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do que foi analisado, a partir das falas dos sujeitos deste estudo, restou compreendido que o professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e o acompanhante terapêutico, no contexto da inclusão de estudantes com o Transtorno do Espectro Autista, quando implementam práticas colaborativas no atendimento a este público, podem contribuir, sobremaneira, para potencializar o processo de ensino e aprendizagem dos educandos com esta condição. Esta conquista torna-se possível graças à articulação destes profissionais, concorrendo cada um dos quais com sua formação específica com um propósito em comum: melhorar a qualidade de vida dos estudantes com TEA no contexto educacional com reflexos na sua vida como um todo.

Dentre as respostas concedidas às questões constantes da entrevista semiestruturada, encontram-se aquelas emitidas pela participante Raiz. Para esta professora, apenas o trabalho docente executado pelo profissional com licenciatura apresenta-se insuficiente diante da complexidade que caracteriza o trabalho docente envolvendo a inclusão do estudante com TEA em salas de aula regulares de ensino. Por isso, de acordo com a educadora,

[...] a prática colaborativa em sala de aula traz reflexos positivos para todos os estudantes, inclusive àquele acometidos com TEA, uma vez que os esforços conjuntos de diferentes profissionais podem contribuir para a implementação de condutas interventivas na escola, considerando que eles detêm conhecimentos específicos de suas áreas de formação que, se aplicados em situações didáticas bem planejadas, resultam consideráveis benefícios ao processo inclusivo. (Professora Raiz, fevereiro, 2024).

Embora este trabalho consista num recorte da pesquisa de doutoramento em curso, constata-se que a resposta da professora sobre a prática colaborativa vai ao encontro da concepção de que esta escolha didática se institui como uma alternativa viável ao processo de inclusão de estudantes autistas e pode potencializar sua proficiência em relação à construção de conhecimentos e proporcionar-lhes melhorias em diversos aspectos de suas vidas, dentre os quais podem-se citar: motor; sensorial; cognitivo; interacional; comunicacional; comportamental.

Já o acompanhante terapêutico Girassol, ao responder às questões constantes da entrevista semiestruturada integrantes do estudo de caso, relata ter sido bastante desafiador para ele desenvolver um trabalho educacional, na escola pesquisada, em parceria com os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, já que sua experiência, até então, consistia no atendimento às crianças com TEA no âmbito clínico. Entretanto, esclarece que, devido à ajuda incondicional dos docentes, familiarizou-se com o contexto escolar e em conjunto com eles, começaram a implementar medidas interventivo-inclusivas de estudantes autistas, conjugando conhecimentos didático-pedagógicos àqueles advindos das neurociências, áreas de sua formação. O participante acrescenta que

[...] atender uma criança autista na escola, a fim de potencializar o seu desenvolvimento em diversos aspectos, faz-se necessário que o acompanhante terapêutico busque conhecimentos próprios da área da docência. Assim, pelo empenho e parceria destes profissionais, considerando que os estudantes com TEA carecem de um atendimento que leve em conta suas especificidades, de modo a inspirarem intervenções consistentes nas suas reais necessidades (Acompanhante terapêutico, fevereiro, 2024).

Abstrai-se da concepção do participante Girassol que, ao atuarem de modo articulado o professor dos Anos Iniciais e o acompanhante terapêutico, conseguem impactar, positivamente, a política de inclusão de estudantes autistas em salas de aula regulares de ensino como preconizam as leis e referenciais curriculares da área educacional no Brasil.

Desse modo, a partir das contribuições prestadas pelos participantes da pesquisa Professora Raiz e Acompanhante Terapêutico Girassol, compreende-se que a concretização da política de inclusão de estudantes com TEA tende a ser muito mais efetiva se contar com práticas colaborativas, ou seja, uma atuação que reúna os esforços e os conhecimentos destes profissionais conjuntamente. Esta possibilidade se consolida quando ambos aspiram um propósito comum: incidir sobre o desenvolvimento educacional dos educandos com esta condição, com o intuito de trazer melhorias à sua qualidade de vida para além da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a presente pesquisa encontre-se em processo de desenvolvimento, pelo percurso traçado até aqui, evidencia-se que a implementação de práticas colaborativas entre os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e o Acompanhante Terapêutico podem impactar o processo de ensino e aprendizagem de estudantes com TEA, garantindo, assim, que sua inclusão em salas de aula regulares de ensino se efetive e que eles, de fato, aprimorem suas competências e habilidades e, desse modo, tenham melhoradas muitas de suas funções na escola e fora dela.

Este estudo demonstrou, também, que a parceria entre profissionais de diferentes áreas, na escola, além de ser possível, consegue trazer diversos benefícios aos estudantes autistas, se o repertório formativo de cada um deles, for posto em ação na concretização de práticas colaborativas.

Assim, julga-se importante, portanto, enfatizar a importância da prática colaborativa no processo de inclusão de crianças com TEA nas turmas regulares de ensino e o quanto essa opção interventiva pode aprimorar o seu processo de ensino e aprendizagem, pois a congruência de saberes dos profissionais envolvidos na sua adoção possibilita que as medidas executadas sejam bem sucedidas e cada vez mais efetivas.

Por esta investigação qualitativa com delineamento de uma pesquisa bibliográfica e de um estudo de caso, comprovou-se ser efetiva a adoção de práticas colaborativas entre

professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e acompanhantes terapêuticos, quando se objetiva potencializar o processo de inclusão de estudantes autistas em sala de aula regular de ensino por consistir na inteseção de força e saberes destes profissionais atuando de forma harmônica e planejada.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Liubiana Arantes de. Transtorno do Espectro Autista. Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. n 5. Abril 2019. Disponível em: >https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/21775c-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf< Acesso em: 22 de janeiro 2024.

BRUNO, M. M. G. Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão, Brasília, MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CAMPOY, A. **Metodología de la Investigación Científica**. Manual para elaboración de Tesis y Trabajos de Investigación. Librería Cervantes. 2019

CAPELLINI, V. L. M. Avaliação das possibilidades de ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental. 2004. Tese (Doutorado em Educação Especial) Universidade Federal de São Carlos. 2004 http://www.bdt.ufscar.br/tde_arquivos/9/TDE-2005-0408T05:35:31Z584/Publico/TeseVLMFC.pdf. Acesso em fevereiro/2024.

DSM-5. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al. revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al. ed. 5, Porto Alegre, 2014.

LAKATOS, E. **Fundamentos da metodologia científica**. – 6. Ed. – 4 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Cláudia Bandeira. **Perturbações do espectro do Autismo** - manual prático de intervenção. 2ª ed. Lisboa-Porto: Lidel, 2012.

NUNES, Daniella Carla S. O pedagogo na educação da criança autista. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/o-pedagogo-na-educacao-da-crianca-autista/4113/>. Acesso em 16 de fevereiro, 2024.

PINHO, Mariana Campos. **Contribuições do uso de atividades lúdicas em sala de aula, para o desenvolvimento e aprendizagem de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**: Uma intervenção no contexto escolar. 2018. 173f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

YIN, R. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.